

economia

Brasil aposta em reciprocidade contra tarifaço

Projeto de lei que avança no Senado dá instrumentos para País se proteger das tarifas unilaterais previstas pelos EUA

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As vésperas do anúncio de novo tarifaço prometido pelo presidente norte-americano, Donald Trump, para às 17h desta quarta-feira (horário de Brasília), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou um projeto que prevê medidas de resposta a barreiras comerciais impostas por outros países a produtos brasileiros. O projeto de lei (PL) 2.088/2023 dará instrumentos para o Brasil se proteger das tarifas unilaterais impostas pelos Estados Unidos.

O texto vai à Câmara dos Deputados se nenhum senador solicitar análise em Plenário. A relatora da proposta, a senadora Tereza Cristina (PP-MS), disse que o objetivo não é punir, mas oferecer uma alternativa ao que considera uma “paralisação do mecanismo de solução de controvérsias da Organiza-

ção Mundial do Comércio” desde 2020 – o que seria o modo natural de evitar medidas de outros países para privilegiar a produção estrangeira em detrimento da brasileira.

“Se o Brasil tiver os seus produtos sujeitos a retaliações desmedidas, hoje o governo passa a ter a possibilidade de adotar essas contramedidas na mesma base. Hoje, há um problema com a União Europeia devido a uma lei antidumping, que afeta diretamente os produtos brasileiros, principalmente a agropecuária. São medidas que extrapolam a razoabilidade, pois ignoram o Código Florestal brasileiro. Amanhã, devemos ter um pacote tarifário não só contra o Brasil, mas (também) contra outros países”, afirmou a senadora.

Segundo o texto, as exigências estrangeiras de que produ-

tos nacionais cumpram requisitos ambientais mais rígidos do que as proteções brasileiras, por exemplo, podem gerar imposição de taxas nas importações brasileiras de bens estrangeiros. Ao todo, são três medidas protecionistas que o projeto tem objetivo de evitar de outros países, por meio de três contramedidas que poderão ser adotadas por parte do governo federal. O presidente da CAE, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou que o projeto é uma “resposta legítima”. Segundo ele, os senadores devem articular a aprovação do texto na Câmara dos Deputados. “Falaremos com o presidente da Câmara dos Deputados, o deputado Hugo Motta, para que a Câmara possa apreciar essa matéria em caráter de urgência”, garantiu.

“Causaria até certa estranheza se o Brasil sofresse algum tipo de



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO/JC

Tereza Cristina disse que contramedidas são resposta à retaliação

retaliação injustificada, uma vez que nós estamos na mesa de negociação desde sempre com aquele país justamente para que a nossa cooperação seja cada vez mais forte”, afirmou ontem o ministro da Fazenda. Também ontem, um re-

latório de órgão ligado ao governo dos EUA fez críticas ao modelo de tarifas que o Brasil impõe as suas importações em setores como etanol, filmes, bebidas alcoólicas, máquinas e equipamentos, carne suína, entre outros.

Ministro francês admite ‘apressar’ acordo União Europeia-Mercosul

O ministro francês das Finanças, Éric Lombard, disse que, diante da ameaça americana de tarifas, é preciso “apressar” as discussões sobre o acordo comercial entre União Europeia e o Mercosul. Foi um raro aceno à possibilidade de mudança da atual posição francesa de oposição ao tratado.

“Nós reconhecemos juntos que essa dificuldade deve nos conduzir a acelerar as discussões”, afirmou Lombard após encontro com o ministro brasileiro da Fazenda, Fernando Haddad. O ministro francês reiterou, porém, que a França mantém sua oposição ao acordo.

Nós identificamos algumas pendências, alguns obstáculos ainda”, disse Haddad, citando novo encontro entre os dois países previsto para o mês que vem na França. “Vamos trabalhar neste mês para que essas questões sejam superadas e nós possamos ter um grande encontro.”

O acordo comercial entre União Europeia e Mercosul foi assinado pelos dois blocos em dezembro passado, em Montevideu, no Uruguai, mas sua entrada em vigor ainda depende da aprovação de outras instâncias da União Europeia.

O governo francês declarou ser contra o acordo, devido à

pressão dos agricultores locais, receosos da concorrência dos produtos do Mercosul. Em princípio, para vetar o tratado a França precisa do apoio de pelo menos outros três países da União Europeia, mas Paris dispõe de alternativas para impedir sua entrada em vigor.

Com os recentes anúncios de imposição de tarifas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o acordo UE-Mercosul ganhou outro valor -o de reação “multilateral” a uma guerra comercial. “É uma questão que chegou mais recentemente”, admitiu Lombard.

Sobre as tarifas de Trump,

Haddad disse acreditar que nesta quarta se conhecerão melhor as intenções americanas. “A partir de amanhã nós vamos ter um quadro mais claro do que os EUA pretendem, mas o presidente Lula já adiantou que quando a nação mais rica do mundo adota políticas protecionistas, parece não concorrer à prosperidade geral”, afirmou.

Haddad almoçou com empresários franceses e se disse otimista com os projetos de investimentos da França no Brasil. Foi citada, em particular, a área de inteligência artificial como uma das mais promissoras.

O ministro reiterou o que dis-

sera na véspera: que um tarifaço americano seria “injustificável”: “Nossa conta [comercial] é deficitária com os Estados Unidos, apesar do enorme saldo comercial que o Brasil mantém com o mundo. Então, nos causaria até uma certa estranheza se o Brasil sofresse algum tipo de retaliação injustificada, uma vez que nós estamos na mesma negociação, desde sempre, com aquele país. O presidente Lula trabalhou nos últimos dois anos com o Estado americano, não fazendo distinção entre governos, e nós vamos manter essa postura de abertura nas negociações e de desejo de uma prosperidade mútua nas relações bilaterais.”

Deputados pedem que Banco Central reduza a taxa básica de juros



AFP

Em sessão solene, presidente do BC ouviu apelo de parlamentares

/ POLÍTICA MONETÁRIA

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, teve de ouvir apelos de parlamentares para reduzir os juros durante sessão realizada ontem na Câmara do que comemorou os 60 anos da autarquia. Enquanto os convidados para compor a mesa exaltaram a importância da autoridade monetária, os parlamentares reclamaram do nível da Selic.

“Eu venho em nome do povo brasileiro dizer a vocês que não aceitamos essa taxa de juros, que não concordamos, e que os funda-

mentos estão equivocados”, disse o deputado Luiz Carlos Haully (Podemos-PR). “O que o Brasil quer? Imediatamente, derrubar essa taxa de juros pelo menos à metade. É inaceitável, presidente Galípolo, você seguir a mesma metodologia do Roberto Campos Neto.”

No último dia 19, o BC aumentou a Selic de 13,25% para 14,25% ao ano, e sinalizou uma nova elevação, menor do que 1 ponto porcentual, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), de maio. “Vocês são responsáveis pelo retrocesso econômico do Brasil”, disse o deputado, na

tribuna, acrescentando que os juros altos prejudicam empresas. Outros parlamentares fizeram críticas semelhantes, embora em um tom mais ameno.

Mauro Benevides Filho (PDT-CE), em um determinado momento, afirmou que desde 1999 os resultados primários foram insuficientes para reduzir a dívida pública, que responde à taxa Selic. Ele disse que governo e Congresso têm contribuído para o ajuste fiscal. “Então eu acho que o Banco Central precisa dar uma examinada, e aí só o desabafo final”, afirmou.